PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO-MT

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO EFETIVO DE CARGO DO QUADRO PERMANENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EDITAL Nº. 01/2026 – PMC-MT

NÍVEL DE ESCOLARIDADE: SUPERIOR

Cargo: Procurador Jurídico

Caderno de Prova

Nome do Candidato

UFMT
Supervisão de Concursos

I N S T R U Ç Õ E S

LEIA COM ATENÇÃO

1. Este Caderno de Prova, com páginas numeradas de **01** a **21**, é constituído de uma **Prova Objetiva** com **40 (quarenta)** questões de múltipla escolha, cada uma com **4 (quatro)** alternativas, assim distribuídas:

01 a **10 – Língua Portuguesa**
11 a **40 – Conhecimentos Específicos**

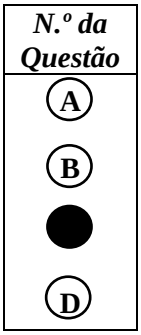
2. Caso o Caderno de Prova esteja incompleto ou tenha qualquer defeito de impressão, solicite ao fiscal que o substitua.

3. Sobre a marcação das respostas no Cartão de Respostas

As respostas das questões deverão ser transcritas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta não porosa, fabricada em material transparente, para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para correção. O Cartão de Respostas não será substituído por erro ou dano do candidato.

3.1. Para cada questão existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente. Para a marcação da alternativa escolhida no **CARTÃO DE RESPOSTAS, pinte completamente** o círculo correspondente.

*Exemplo: Suponha que para determinada questão a alternativa **C** seja a escolhida.*



3.2. Marque apenas uma alternativa para cada questão.

3.3. Será invalidada a questão em que houver mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada, ou não houver marcação.

3.4. Não rasure nem amasse o **CARTÃO DE RESPOSTAS**.

4. Todos os espaços em branco, neste caderno, podem ser utilizados para rascunho.

5. Não haverá substituição do **CARTÃO DE RESPOSTAS** por erro do candidato.

6. A duração da prova é **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.

7. Somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início da prova, o candidato, depois de entregar seu Caderno de Prova e seu Cartão de Respostas, poderá retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova antes desse tempo deverá assinar **Termo de Ocorrência** declarando sua desistência do concurso.

8. Será permitida a saída de candidatos levando o Caderno de Prova somente **na última meia hora** de prova.

9. Na página 21 deste Caderno de Prova, encontra-se a **Folha de Anotação do Candidato**, a qual poderá ser utilizada para a transcrição das respostas das questões objetivas. Essa folha poderá ser levada pelo candidato para posterior conferência com o gabarito somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início da prova.

10. Após o término da prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal o **CARTÃO DE RESPOSTAS** devidamente assinado (no espaço próprio) e preenchido.

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

Leia o texto a seguir.

O Estado de Mato Grosso cresce. A economia avança, a arrecadação aumenta, a produção bate recordes. Os benefícios desse desenvolvimento ainda não alcançam, na proporção necessária, quem mais precisa. Há municípios em que milhares de pessoas dependem do Bolsa Família para sobreviver. Essa é a grande contradição que Mato Grosso precisa enfrentar.

Em qual alternativa a reescrita desse texto apresenta problemas relativos à coesão, coerência e/ou correção gramatical?

[A] O Estado de Mato Grosso cresce: a economia avança, a arrecadação aumenta, a produção bate recordes, mas os benefícios desse desenvolvimento ainda não alcançam, na proporção necessária, quem mais precisa, visto que há municípios em que milhares de pessoas dependem do Bolsa Família para sobreviver. Essa é a grande contradição que Mato Grosso precisa enfrentar.

[B] O Estado de Mato Grosso cresce: a economia avança, a arrecadação aumenta, a produção bate recordes, logo os benefícios desse desenvolvimento ainda não alcança, na proporção necessária, quem mais precisa, pois que existe municípios em que milhares de pessoas dependem do Bolsa Família para sobreviver. Esta é a grande contradição que Mato Grosso precisa enfrentar.

[C] Mato Grosso precisa enfrentar uma grande contradição. O estado cresce: a economia avança, a arrecadação aumenta, a produção bate recordes, no entanto os benefícios desse desenvolvimento ainda não alcançam, na proporção necessária, quem mais precisa, pois que há municípios em que milhares de pessoas dependem do Bolsa Família para sobreviver.

[D] Mato Grosso precisa enfrentar uma grande contradição. O estado cresce: a economia avança, a arrecadação aumenta, a produção bate recordes, todavia os benefícios desse desenvolvimento ainda não alcançam, na proporção necessária, quem mais precisa, visto que existem municípios em que milhares de pessoas dependem do Bolsa Família

Instrução: Leia atentamente o texto a seguir e responda às questões de 02 a 06.

O outro

Ele queria muito ser eleito. Não: ele precisava muito ser eleito. Estava atrás de um emprego que lhe desse um bom salário, mordomias e verbas para gastar na contratação de assessores – além, claro, das múltiplas oportunidades que, como vereador, teria. O problema era arrumar votos. Não tinha amigos, não era conhecido, nem sequer recebera um apelido pitoresco que pudesse usar na propaganda. Mas o pior não era isso. O pior que combinava um visual péssimo – baixinho, gordinho, careca – com uma congênita inabilidade para falar em público. Em desespero, resolveu procurar um marqueteiro. Estava disposto a gastar uma boa grana nisso, desde que pudesse adquirir uma nova imagem, uma imagem capaz de garantir a eleição. O marqueteiro, famoso, exigiu honorários salgados, mas garantiu resultados. Que, de fato, não se fizeram esperar. Em poucas semanas o candidato era outro. Mais magro, mais alto (saltos especiais) com uma bela peruca, parecia agora um galã de novela. Além disso, transformara-se num fantástico orador, um orador capaz de galvanizar o público com uma única frase. Se foi eleito? Foi eleito com uma avalanche de votos. O que representou um duplo alívio: de um lado, conquistava o cargo tão sonhado. De outro, podia deixar de lado a peruca, os sapatos com saltos especiais e a dieta. E também podia falar normalmente, no tom meio fanhoso que o caracterizava. E aí começaram as surpresas desagradáveis. Quando foi tomar posse, ninguém o reconheceu. Mas como? Então era aquele tipo charmoso, magnético, da tevê e dos cartazes? Era ele sim, como o comprovou, mostrando a identidade. Não foi a única contrariedade. Logo descobriu que, como vereador, era péssimo: não sabia falar, não convencia ninguém, sequer era procurado por lobistas. Bom mesmo, concluiu com amargura, era o Outro, aquele que o marqueteiro tinha inventado. Aquele sim, podia fazer uma grande carreira, chegando quem sabe à Presidência. Mas onde estava o Outro? Só uma pessoa poderia ajudá-lo nessa busca, o marqueteiro. Só que o marqueteiro tinha sumido. Com o dinheiro ganho nas eleições resolvera passar dois anos em alguma praia do Caribe. Todas as noites o vereador sonha com o Outro. Vê-o na Câmara, discursando, empolgando multidões. Mas não sabe o que fazer para encontrá-lo. Sabe, sim, o que dirá se isso um dia acontecer. E o que dirá, numa voz fanhosa e emocionada, será: o senhor pode contar com meu voto - para sempre.

(SCLIAR, Moacyr. O imaginário cotidiano. São Paulo, Gaia, 2006.)

QUESTÃO 02

Tome o trecho *Logo descobriu que, como vereador, era péssimo: não sabia falar, não convencia ninguém, sequer era procurado por lobistas.* Sobre os sinais de pontuação usados nesse trecho, analise as afirmativas.

I. As duas primeiras vírgulas isolam uma expressão que indica circunstância.
II. O sinal de dois pontos indica a introdução de um esclarecimento ou exemplos.
III. As duas últimas vírgulas separam orações coordenadas, indicando uma enumeração.
IV. A segunda vírgula foi empregada erroneamente, pois não se deve usar vírgula entre sujeito e predicado, conforme as regras da norma culta.

Está correto o que se afirma em

[A] I, III e IV, apenas.
[B] I e II, apenas.
[C] II e IV, apenas.
[D] I, II e III, apenas.

QUESTÃO 03

Na frase *Só que o marqueteiro tinha sumido.*, a expressão <u>*Só que*</u>, devido ao seu significado, pode ser substituída por

[A] Porém.
[B] Logo.
[C] Portanto.
[D] Pois.

QUESTÃO 04

Na frase *E aí começaram as surpresas desagradáveis.*, a concordância verbal ocorre seguindo o princípio básico da concordância verbal: o verbo adapta-se aos quesitos número e pessoa do sujeito. Assinale o exemplo em que **NÃO** houve obediência a esse princípio básico.

[A] Enfim, foram analisados todos os recursos propostos pelos moradores para não eliminarem a praça do meio do bairro.
[B] Todo início de ano, os vereadores se motivam para, num dia qualquer, ao cair da noite, elevarem seu salário.
[C] Depois de muito tempo, o alvoroço dos participantes da feira diminuíram bastante, até o completo silêncio.
[D] Ficou claro que todos os funcionários aprovaram a decisão da diretoria sobre os horários de descanso.

QUESTÃO 05

Os pronomes oblíquos assumem diferentes posições em relação ao verbo e exercem importante função coesiva no texto, visto que minimizam a repetição de palavras e contribuem para situar os interlocutores e objetos no tempo, espaço e no próprio texto. Sobre o assunto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Em *E também podia falar normalmente, no tom meio fanhoso que o caracterizava.*, o pronome <u>*o*</u>, em posição proclítica, retoma o sentido da palavra *candidato.*
( ) Em *Só uma pessoa poderia ajudá-lo nessa busca, o marqueteiro.*, o pronome *o*, na forma <u>*lo*</u>, em posição enclítica, retoma o sentido da palavra *marqueteiro*.
( ) Em *Vê-o na Câmara, discursando, empolgando multidões.*, o pronome <u>*o*</u>, em posição enclítica, retoma o sentido da palavra *Outro.*
( ) Em *Mas não sabe o que fazer para encontrá-lo.*, o pronome <u>*o*</u>, na forma <u>*lo*,</u> em posição proclítica, retoma o sentido da palavra *marqueteiro*.

Assinale a sequência correta.

[A] V, V, F, F
[B] F, F, V, V
[C] V, F, V, F
[D] F, V, F, V

QUESTÃO 06

A respeito do texto, analise as afirmativas.

I. Sugere que todo candidato a cargo eletivo necessita do trabalho de um marqueteiro, sem o qual não consegue se eleger.
II. Mostra como, em época de eleição, um candidato usa estratégias pelas quais se torna conhecido e é eleito.
III. Relata medidas empreendidas por marqueteiros para eleger um candidato mesmo que ele não tenha as qualidades necessárias.
IV. Mostra como eleitores, ao escolher em quem vão votar, se deixam levar pela aparência do candidato.

Estão corretas as afirmativas

[A] I, II e IV, apenas.
[B] II, III e IV, apenas.
[C] I e III, apenas.
[D] II e III, apenas.

Instrução: Leia o texto a seguir e responda às questões de 07 a 09.

Carta Apostólica *Misericordia et mísera do Santo Padre Francisco*

Não ter trabalho nem receber um salário justo, não poder ter uma casa ou uma terra onde habitar, ser discriminado pela fé, raça, posição social... estas e muitas outras são condições que atentam contra a dignidade da pessoa; frente a elas, a ação misericordiosa dos cristãos responde, antes de mais nada, com a vigilância e a solidariedade. Hoje são tantas as situações em que podemos restituir dignidade às pessoas, consentindo-lhes uma vida humana. Basta pensar em tantos meninos e meninas que sofrem violências de vários tipos, que lhes roubam a alegria da vida. Os seus rostos tristes e desorientados permanecem impressos na minha mente; pedem a nossa ajuda para serem libertados da escravidão do mundo contemporâneo. Estas crianças são os jovens de amanhã; como estamos a prepará-las para viverem com dignidade e responsabilidade? Com que esperança podem elas enfrentar o seu presente e o seu futuro?

O caráter social da misericórdia exige que não permaneçamos inertes mas afugentemos a indiferença e a hipocrisia para que os planos e os projetos não fiquem letra morta. Que o Espírito Santo nos ajude a estar sempre prontos a prestar de forma efetiva e desinteressada a nossa contribuição, para que a justiça e uma vida digna não permaneçam meras palavras de circunstância, mas sejam o compromisso concreto de quem pretende testemunhar a presença do Reino de Deus.

(Disponível em: www.vatican.va/content/francesco. Acesso em: 14/05/2025.)

QUESTÃO 07

Qual a intencionalidade desse texto?

[A] Conclamar os cristãos a interferirem nas condições precárias em que vivem adultos e jovens, a contribuírem para que eles tenham uma vida digna.
[B] Rogar a Deus para que ajude os cristãos a não simplesmente ver a situação de desespero de pessoas sofridas, mas a agir de modo a eles terem um amanhã.
[C] Informar ao mundo quantas situações de intolerância social existem, quantos adultos e jovens sem esperança de um futuro melhor, uma vida digna.
[D] Incitar os cristãos a não deixarem que a justiça social exista apenas no papel, que a vigilância predomine, que a hipocrisia possa restituir dignidade aos sofredores.

QUESTÃO 08

Os pronomes relativos fazem a retomada do sentido de palavra mencionada no texto, contribuindo com a sequenciação das ideias. Assinale o trecho que apresenta pronome relativo.

[A] *O caráter social da misericórdia exige que não permaneçamos inertes mas afugentemos a indiferença e a hipocrisia.*
[B] *Que o Espírito Santo nos ajude a estar sempre prontos a prestar de forma efetiva e desinteressada a nossa contribuição.*
[C] *Mas afugentemos a indiferença e a hipocrisia para que os planos e os projetos não fiquem letra morta.*
[D] *Hoje são tantas as situações em que podemos restituir dignidade às pessoas, consentindo-lhes uma vida humana.*

QUESTÃO 09

As palavras *solidariedade, dignidade, responsabilidade* são substantivos formados com o sufixo dade, que indica ideia de qualidade ou estado. Sobre o uso de sufixos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

[A] Os substantivos racismo e consumismo são formados pelo sufixo ismo, que indica uma prática ou sistema de crenças ou movimentos.

[B] Os substantivos polimento e fingimento são formados pelo sufixo mento, que exprime ideia de possiblidade de realizar uma ação.

[C] Os substantivos aprendizagem e coragem são formados pelo sufixo agem, que exprimem ideia de ação ou resultado de uma ação.

[D] Os substantivos semelhança e segurança são formados pelo sufixo ança, que indica ideia de estado ou qualidade.

QUESTÃO 10

Maria Joana é uma joaninha estressada, personagem de Clara Gomes, criadora das tiras denominadas Bichinhos de Jardim.



(Disponível em: bichinhosdejardim.com. Acesso em: 29/05/25.)

A respeito da tira, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) A solicitação de Maria Joana a Iaiá foi atendida plenamente somente no último quadrinho da tira, o que lhe causou aborrecimento.

( ) Antes mesmo de obter resposta a sua pergunta, Maria Joana entendeu que Iaiá, por ser uma inteligência artificial do mal, a atenderia prontamente.

( ) A previsão do clima dada por Iaiá pode ser considerada uma reflexão a partir do seu conhecimento de mundo.

( ) Maria Joana não mostrou interesse pela fala final de Iaiá, bastava-lhe saber se ia chover ou não.

( ) A fala de Iaiá, no último quadro, compõe-se de um período subordinado: uma oração principal e uma oração subordinada que expressa ideia de condição.

( ) Iaiá, a inteligência artificial do mal, usa duas vezes a palavra *tá*, com o mesmo sentido e igual função gramatical.

Assinale a sequência correta.

[A] F, V, V, F, F, V

[B] V, V, F, F, V, F

[C] F, F, V, V, V, F

[D] V, F, F, V, F, V

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

Instrução: Leia o seguinte excerto de voto proferido no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2.566-DF e responda às questões 11 e 12.

"Há uma passagem que se lê no livro do historiador Eduardo Bueno, chamado "Brasil: Uma história", que diz que censura, no Brasil, vem de longe. O Padre Manoel Aires do Casal cortou vários textos da Carta de Pero Vaz de Caminha, porque os considerou indecorosos. Portanto, essa tradição censória – e devo dizer – ainda não foi inteiramente derrotada, e há muitas decisões, em primeiro grau e em segundo grau, altamente limitadoras da liberdade de expressão, tanto que, quando julgamos aqui o caso das biografias, como todos lembrarão, havia uma quantidade relevante de biografias que haviam sido suspensas ou retiradas de circulação por decisão judicial.

(...)

Assim como votei assim no caso das biografias, entendo que a melhor interpretação constitucional no Brasil reconhece para a liberdade de expressão uma posição preferencial dentro do quadro dos direitos fundamentais. É claro que não existe hierarquia entre direitos fundamentais, mas penso que a superação da liberdade de expressão impõe um ônus argumentativo muito relevante para quem pretenda fazê-lo e ela desfruta de uma posição preferencial, porque a liberdade de expressão é uma pré-condição para o exercício esclarecido de todos os outros direitos fundamentais e dessa posição preferencial resulta, como consequência natural, que, como regra geral quase absoluta, não deve haver censura prévia de conteúdo a uma determinada comunicação.

É claro que, como nenhum direito é absoluto, o abuso do direito de liberdade de expressão pode trazer como consequências, nesta ordem: o dever de retificação, o direito de resposta e, no limite, até mesmo uma indenização. (...)".

(Voto do Min. Luís Roberto Barroso. Inteiro teor do Acórdão ADI 2.566-DF, datado em 16/05/2018, p. 33-34. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1983315. Acesso em: 24 out. 2026.)

QUESTÃO 11

Em consonância com o entendimento prevalente no Supremo Tribunal Federal acerca do direito fundamental à liberdade de expressão reportado no excerto, analise as afirmativas.

I. A liberdade de expressão representa tanto o direito de não ser arbitrariamente privado ou impedido de manifestar seu próprio pensamento quanto o direito coletivo de receber informações e de conhecer a expressão do pensamento alheio.
II. A liberdade religiosa não é exercível apenas em privado, mas também no espaço público, e inclui o direito de tentar convencer os outros, por meio do ensinamento, a mudar de religião. O discurso proselitista é, pois, inerente à liberdade de expressão religiosa.
III. A liberdade política pressupõe a livre manifestação do pensamento e a formulação de discurso persuasivo e o uso de argumentos críticos. Consenso e debate público informado pressupõem a livre troca de ideias e não apenas a divulgação de informações.
IV. A proibição de veiculação de discurso proselitista em serviço de radiodifusão comunitária viola a Constituição Federal, conforme diretriz firmada na jurisprudência que reconhece a primazia da liberdade de expressão por servir de instrumento para a garantia de outros direitos.

Estão corretas as afirmativas

[A] I, III e IV, apenas.
[B] I e III, apenas.
[C] II e IV, apenas.
[D] I, II, III e IV.

QUESTÃO 12

Extrai-se do excerto que "não existe hierarquia entre direitos fundamentais", mas, quando tais direitos se encontram em estado de aparente contradição, é necessário submetê-los à ponderação em razão do bem ou do valor que se pretende tutelar em cada caso específico. Sobre a aplicação do princípio da proporcionalidade na busca de solução interpretativa perante direitos fundamentais em conflito, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) A doutrina subdividiu este princípio em três outros princípios parciais, quais sejam: o princípio da adequação, o princípio da necessidade e o princípio da proporcionalidade em sentido estrito.
( ) Por meio do subprincípio da adequação, busca-se que a medida restritiva seja realmente indispensável para a conservação do direito fundamental e que não possa ser substituída por outra de igual eficácia ou até menos gravosa.
( ) O subprincípio da necessidade, que também é denominado princípio da idoneidade ou conformidade, traduz a ideia de que qualquer medida restritiva deve ser idônea à consecução da finalidade pretendida.
( ) O terceiro princípio parcial caracteriza-se pela ideia de que os meios eleitos devem manter-se razoáveis com o resultado perseguido, ou seja, trata da verificação da relação custo-benefício da medida, isto é, da ponderação entre os danos causados e os resultados a serem obtidos.

Assinale a sequência correta.

[A] V, V, V, F
[B] V, F, F, V
[C] F, V, F, F
[D] V, F, V, V

QUESTÃO 13

Analise a seguinte situação hipotética:

A Associação de Profissionais de Obras de Construção Civil de Mato Grosso impetrou mandado de segurança coletivo contra ato do Prefeito Municipal, emanado na forma de Portaria, que disciplina a tramitação de processos administrativos para emissão e renovação de alvarás, no âmbito da Secretaria Municipal de Obras. A impetrante alega que certas exigências previstas no ato impugnado são abusivas e violam direitos de seus associados. Pugna pelo deferimento da liminar para suspender os efeitos da Portaria e pela concessão da segurança para sustação definitiva.

Tendo em vista as disposições constitucionais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do tema tratado na situação relatada, é correto afirmar:

[A] A controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança, por outro lado, a controvérsia sobre matéria fática, quando necessária ao desfecho da causa, representa empecilho ao deferimento da ordem requestada.
[B] A substituição processual no mandado de segurança coletivo, diferentemente da regra de legitimação das associações em ação civil pública, não exige pertinência temática entre as finalidades estatutárias da entidade e os direitos líquidos e certos tutelados.
[C] O mandado de segurança pode ser utilizado como mecanismo de controle abstrato de validade de atos normativos em geral, desde que demonstrado o prejuízo em tese aos interesses dos associados.
[D] É necessária a autorização expressa dos associados, a relação nominal destes, bem como a comprovação de filiação prévia para impetração de mandado de segurança coletivo por entidade associativa de caráter civil.

QUESTÃO 14

Leia o seguinte excerto de artigo jurídico:

O princípio da simetria federativa acarreta a obrigatoriedade de que os entes federados internos — estados e municípios — adotem certos modelos estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil. Um exemplo: grande parte do processo legislativo é vinculado ao princípio da simetria, impedindo que haja estipulação diversa nas Constituições estaduais e nas Leis Orgânicas Municipais. É nítido que isso reduz a autonomia federativa, impondo a adoção do modelo centralizado, nacionalmente estabelecido.
Onde está grafado o princípio da simetria federativa na Constituição de 1988? Em nenhum lugar, embora ele seja vastamente utilizado pelo Supremo Tribunal Federal em diversos julgamentos (...).

(SCAFF, Fernando Facury. *O STF e o princípio da simetria federativa nas Constituições de 1967 e 1988*. Publicado em 19/12/2023. Disponível em: https://conjur.com.br/2023-dez-19/stf-e-o-principio-da-simetria-federativa-nas-constituicoes-de-67-e-88/. Acesso em: 25 out. 2026.)

Considerando a vinculação do processo legislativo ao princípio da simetria federativa, analise as afirmativas.

I. São de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo estadual as leis que disciplinem o respectivo regime jurídico dos militares.
II. A prerrogativa de fazer instaurar o concernente processo legislativo, em matéria tributária, é reservada, com exclusividade, sob a égide do texto constitucional vigente, ao chefe do Poder Executivo do respectivo ente federativo.
III. O constituinte estadual não pode estabelecer hipóteses nas quais seja vedada a apresentação de projeto de lei pelo chefe do Executivo sem que isso represente ofensa à harmonia entre os Poderes.
IV. Padece de inconstitucionalidade formal a lei estadual de iniciativa do respectivo Poder Executivo que, durante sua tramitação, foi objeto de emendas legislativas que modificaram a natureza do projeto de lei ordinária para lei complementar, mesmo que essas emendas tenham pertinência temática e não impliquem aumento de despesas.

Estão corretas as afirmativas

[A] I, II e IV, apenas.
[B] II, III e IV, apenas.
[C] I e III, apenas.
[D] I e IV, apenas.

QUESTÃO 15

Com base nas disposições constitucionais e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Compete ao município da situação do bem o imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
( ) A imunidade em relação ao ITBI na integralização do capital, por meio de incorporação de bens ou direitos ao patrimônio da pessoa jurídica, não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.
( ) O ITBI não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
( ) As alíquotas do ITBI poderão ser reduzidas e restabelecidas, por lei específica do ente municipal, no curso do exercício financeiro, desde que observado o prazo previsto de anterioridade de 90 (noventa) dias.

Assinale a sequência correta.

[A] F, V, V, F
[B] V, V, V, F
[C] V, F, F, V
[D] F, F, V, V

QUESTÃO 16

Em conformidade com as disposições constitucionais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do dever de prestar contas e da competência dos Tribunais de Contas, é correto afirmar:

[A] A competência dos Tribunais de Contas, quando atestada a irregularidade de contas de gestão prestadas por Prefeitos ordenadores de despesa, se restringe à imputação de débito e à aplicação de sanções fora da esfera eleitoral.

[B] A imposição de débito e multa decorrente de irregularidades na execução de convênio de repasse de verbas entre estado e município, após o julgamento em tomada de contas, depende de aprovação posterior pela Câmara de Vereadores.

[C] O parecer do Tribunal de Contas é fundamento suficiente para rejeição das contas anuais dos prefeitos e o consequente reconhecimento de inelegibilidade.

[D] O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Direito Administrativo

QUESTÃO 17

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021), em seu artigo 72, arrola os documentos que deverão instruir o processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação. O referido dispositivo legal disciplina que, a depender do caso e da regulamentação adotada pelo ente federativo, a confecção de certos documentos nem sempre é obrigatória, tais como:

[A] Documento de formalização de demanda, análise de riscos, projeto básico ou projeto executivo.

[B] Termo de referência, análise de riscos, estimativa de despesa e demonstração de compatibilidade da previsão de recursos orçamentários.

[C] Estudo técnico preliminar, projeto básico ou projeto executivo, parecer jurídico, documentos de habilitação do contratado.

[D] Estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

QUESTÃO 18

Analise a seguinte situação hipotética:

Cândido é professor ocupante de cargo efetivo da rede pública estadual e foi aprovado em concurso promovido por empresa pública municipal para vaga de nível médio de técnico administrativo, sem qualificação específica, no município onde reside.

Considerando que Cândido está lecionando no período noturno em curso para jovens e adultos na escola onde está lotado, pretende assumir o novo emprego com jornada de trabalho no período diurno.

Tendo em vista as disposições constitucionais vigentes acerca de acumulação de cargos, empregos e funções públicas, é correto afirmar:

[A] É proibido acumular um cargo de professor com um emprego público sem qualificação específica, pois este não se enquadra como cargo técnico ou científico.

[B] É proibido acumular um cargo de professor com um emprego público, pois a acumulação só é permitida para dois cargos ou funções de professor.

[C] É permitido acumular um cargo de professor com outro de qualquer natureza, o que se estende ao emprego público, quando houver compatibilidade de horários.

[D] As vedações de acumulação não se estendem a empregos em empresas públicas, pois estas são pessoas jurídicas de direito privado e a norma constitucional disciplina apenas as ocupações em entidades de direito público.

QUESTÃO 19

Leia o seguinte excerto de ementa de julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

O Município é titular do dever de regularizar loteamentos clandestinos ou irregulares, mas a sua atuação deve-se restringir às obras essenciais a serem implantadas, em conformidade com a legislação urbanística local (art. 40, § 5º, da Lei 6.799/1979), em especial à infraestrutura necessária para melhoria na malha urbana, como ruas, esgoto, energia e iluminação pública, de modo a atender aos moradores já instalados. Inexiste tal dever em relação às parcelas do loteamento irregular ainda não ocupadas. Tudo sem prejuízo do também dever-poder da Administração de, além de cominar sanções administrativas, civis e penais, cobrar dos responsáveis o custo que sua atuação saneadora acarrete. Precedentes: REsp 1.164.893/SE, Primeira Seção, rel. Min. Herman Benjamin; REsp 1.113.789/SP, Segunda Turma, Rel. Ministro Castro Meira; REsp 131.697/SP, Segunda Turma, Rel. Ministro João Otávio de Noronha.

(Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201800947639&dt_publicacao=11/03/2019. Acesso em: 01/11/2026.)

Em consonância com a jurisprudência do STJ, em matéria de responsabilidade do ente municipal pela regularização de loteamento, é correto afirmar:

[A] O regime de responsabilidade civil do município pela regularização de loteamentos é de solidariedade na imputação e de subsidiariedade na execução.

[B] O município detém competência para legislar, fiscalizar e ordenar o uso e ocupação do solo urbano, mas a atividade de fiscalização do parcelamento promovido por particulares é discricionária e não vinculada.

[C] Embora se reconheça a omissão da municipalidade, a obrigação de reparação civil recai, exclusivamente, sobre o particular que promoveu loteamento irregular e dele se beneficiou financeiramente.

[D] Cabe exigir do ente público omisso, pelo prisma da solidariedade, tudo aquilo que pode ser exigido do agente econômico que, ilegalmente, parcelou o solo.

QUESTÃO 20

A Lei Municipal n.º 1.328/2011, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Comodoro-MT, determina que o Município, através da economia de recursos orçamentários e financeiros com despesas correntes em cada órgão, por sua conta e risco, ou em convênio com outros níveis de Poder Público, viabilizará aos servidores, programas ou projetos de qualificação e produtividade, aperfeiçoamento e atualização, visando à modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público (art. 34, parágrafo único).

Com base nas disposições da referida lei municipal acerca da licença para desenvolvimento funcional, analise as afirmativas.

I. Entre os requisitos para concessão da licença, é previsto o exercício efetivo pelo servidor do rol de atribuições do respectivo cargo por 3 (três) anos ininterruptos, pertinentes ou não ao estágio probatório, tendo sido aprovado na respectiva avaliação de desempenho.

II. Exige-se para concessão da licença que os cursos tenham pertinência direta com o rol de atribuições do respectivo cargo e sejam estratégicos para o serviço público.

III. É prevista, para fins de concessão da licença, a manutenção da regularidade e nível de qualidade na oferta de serviço público por parte do Órgão e da Unidade Administrativa competentes da Prefeitura Municipal, com o afastamento do servidor ou sua substituição legal e formal.

IV. Na hipótese de haver mais de 5% (cinco por cento) de servidores requerentes dessa espécie de licença, o critério para concessão será o de maior tempo em cargo de chefia e no serviço efetivo.

Estão corretas as afirmativas

[A] I e IV, apenas.

[B] I, II e III, apenas.

[C] II, III e IV, apenas.

[D] II e III, apenas.

Direito Tributário

QUESTÃO 21

Em conformidade com as disposições do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172/1966 e alterações) aplicáveis à contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Por meio de lei municipal publicada no mês de dezembro, o Município poderá majorar a respectiva contribuição, que incidirá sobre fatos geradores que ocorram a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte.
( ) O custeio, expansão e melhoria do serviço de iluminação pública compreende a prestação de serviços relativos à rede de iluminação pública, temporária ou permanente, com o objetivo de prover iluminância em vias, logradouros públicos e equipamentos públicos comunitários e urbanos, em qualquer área do território municipal ou distrital.
( ) O custeio, a expansão e melhoria de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos compreendem a aquisição, implementação e instalação da infraestrutura e dos equipamentos destinados ao monitoramento para controle, segurança e prevenção a desastres em vias, logradouros públicos e equipamentos públicos comunitários e urbanos.
( ) Tal contribuição será, obrigatoriamente, cobrada na fatura de consumo de energia elétrica, contendo a demonstração do cálculo dos valores lançados.

Assinale a sequência correta.

[A] V, F, F, V
[B] F, V, F, V
[C] V, F, V, F
[D] F, V, V, F

QUESTÃO 22

Considere a seguinte situação hipotética:

No bojo do processo de execução fiscal, a Fazenda Pública requer o reconhecimento de grupo econômico de fato, em razão de irregularidades praticadas na aquisição do estabelecimento comercial (lojas comerciais de complexo varejista) com o fim de burlar a cobrança tributária, após alienação promovida em processo de recuperação judicial, que se encontra encerrado.

Tendo em vista as disposições do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172/1966 e alterações) acerca do tema e do rito aplicável ao processo de execução fiscal, é correto afirmar:

[A] É admitido o redirecionamento da execução fiscal na sucessão de empresas com a configuração de grupo econômico de fato, em razão da responsabilidade solidária do adquirente, quando age na qualidade de agente do devedor tributário.
[B] É indispensável a prévia instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica para que a Fazenda Pública possa comprovar a responsabilidade tributária de pessoa jurídica distinta daquela contra a qual, originalmente, foi ajuizada a execução fiscal.
[C] A caracterização do grupo econômico de fato depende de comprovação do abuso de personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial, conforme disciplinado na lei civil, mediante procedimento incidental regulado pela legislação processual civil.
[D] É necessária a substituição da Certidão de Dívida Ativa para fins de inclusão do terceiro adquirente do estabelecimento comercial, que responde subsidiariamente com o alienante, quando este prossegue na exploração ou inicia dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

QUESTÃO 23

Considere a seguinte situação hipotética:

A empresa Projetista Inteligente impetrou mandado de segurança contra ato do Secretário de Fazenda do Município de Cornetos, com o intuito de obter a declaração do direito à compensação tributária, aduzindo ser credora de valores retidos a maior, a título de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre serviços prestados, por meio de contrato firmado com entidade pública federal.

No tocante à compensação tributária e à via processual eleita pela empresa contribuinte, assinale a afirmativa **INCORRETA.**

[A] A concessão da ordem postulada pela empresa contribuinte implica reconhecer o direito de se compensar tributo submetido ao regime de lançamento por homologação.

[B] É necessária a efetiva comprovação do recolhimento feito a maior ou indevidamente para fins de declaração do direito à compensação tributária em sede de mandado de segurança.

[C] A compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública consiste na determinação do litígio, mediante concessões recíprocas.

[D] O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.

QUESTÃO 24

De acordo com as disposições do Código Tributário do Município de Comodoro-MT (Lei Municipal nº 859/2005 e alterações) acerca da incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), considere as seguintes hipóteses:

I. Imóvel localizado dentro da zona urbana, utilizado em exploração extrativo-vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, independentemente de sua área.

II. Imóvel de uso urbano, localizado na área rural, onde há sistema de abastecimento de água e rede de iluminação pública, sem posteamento para distribuição domiciliar, construídos e mantidos pelo poder público municipal.

III. Imóvel localizado em área de expansão urbana em loteamento aprovado pelo órgão competente, destinado à indústria ou ao comércio.

IV. Imóvel de uso urbano, localizado na área rural, que se destina à residência de recreio ou lazer, independentemente de sua dimensão.

Nos termos da legislação de referência, é correto afirmar que o IPTU incide sobre a propriedade, domínio útil ou posse dos imóveis descritos em

[A] II e IV, apenas.

[B] I, III e IV, apenas.

[C] II, III e IV, apenas.

[D] I e III, apenas.

QUESTÃO 25

Conforme as disposições do Código Tributário do Município de Comodoro-MT (Lei Municipal nº 859/2005 e alterações) aplicáveis à dívida ativa da Fazenda Pública Municipal, é correto afirmar:

[A] Verificada a inobservância legal no caso de extinção ou exclusão de débitos tributários, apurar-se-á a responsabilidade funcional, cabendo ao servidor responsável promover a imediata reposição do valor total que houver indevidamente dispensado para não responder a processo disciplinar.

[B] O débito inscrito em dívida ativa, referente a todo e qualquer crédito tributário de titularidade do Município, poderá ser quitado em cota única ou em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, seguindo os procedimentos.

[C] A dívida ativa da Fazenda Municipal compreende a tributária e a não tributária, sendo esta proveniente de obrigações legais, como aluguéis, preços de serviços, garantias de contratos em geral, excluídos os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira.

[D] A Procuradoria Fiscal opinará sobre os processos que devam ser arquivados, por insuficiência de informações que lhes garantam certeza e liquidez do crédito e os encaminhará à Procuradoria Geral Municipal para parecer conclusivo que será publicado no Órgão utilizado pela municipalidade para divulgação dos seus atos.

Direito Previdenciário

QUESTÃO 26

Com base nas disposições constitucionais sobre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) É ressalvada a adoção de requisitos ou critérios legais diferenciados para concessão de aposentadoria em favor dos segurados cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.
( ) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
( ) Para fins de licença remunerada ou aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.
( ) É vedada a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca.

Assinale a sequência correta.

[A] V, F, V, F
[B] V, F, F, V
[C] F, V, F, V
[D] F, V, V, F

QUESTÃO 27

De acordo com o disposto na legislação municipal, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Comodoro/MT (Lei Municipal nº 1.519/2014 e alterações), acerca da execução orçamentária do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Comodoro/MT, denominado "COMODORO-PREVI", analise as afirmativas.

I. A despesa do COMODORO-PREVI é constituída de pagamento dos benefícios de natureza previdenciária e de pagamento de despesas de natureza administrativa.
II. Nenhuma despesa administrativa será realizada sem prévia autorização orçamentária nem poderá ultrapassar o limite da taxa de administração, fixado na forma de percentual incidente sobre a contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao COMODORO-PREVI, apurado no exercício financeiro anterior.
III. A receita oriunda da taxa de administração será destinada ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão gestor do regime próprio.
IV. É vedada a reversão das sobras do custeio administrativo para pagamento dos benefícios do COMODORO-PREVI, as quais deverão ser destinadas, exclusivamente, para os fins a que se destina a taxa de administração.

Estão corretas as afirmativas

[A] I e II, apenas.
[B] I, II e III, apenas.
[C] I, II, III e IV.
[D] III e IV, apenas.

QUESTÃO 28

De acordo com o disposto no Plano de Custeio da Seguridade Social (Lei n.º 8.212/1991 e alterações) acerca da responsabilidade solidária pelo pagamento de contribuições sociais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

[A] Os administradores de entidades da administração pública indireta, nas esferas federal, distrital, estadual e municipal, que se encontrem em mora, por mais de 30 (trinta) dias, no recolhimento das contribuições sociais, tornam-se solidariamente responsáveis pelo respectivo pagamento, sem prejuízo de outras cominações legais.

[B] As empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem entre si, solidariamente, pelas obrigações previdenciárias.

[C] Os produtores rurais integrantes do consórcio simplificado de produtores rurais, formado pela união de produtores rurais pessoas físicas, para fins de contratação de trabalhadores para prestação de serviços aos consorciados, são responsáveis solidários em relação às obrigações previdenciárias.

[D] A averbação de qualquer obra de construção civil no registro de imóveis, inclusive de construção residencial unifamiliar do tipo econômico, sem a respectiva prova de quitação das obrigações previdenciárias, acarreta a responsabilidade solidária do oficial que lavrar ou registrar o instrumento.

Direito Processual Civil

QUESTÃO 29

Considerando o disposto no Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015 e alterações) acerca das sanções previstas por violação dos deveres das partes e de seus procuradores, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) A violação ao dever de cumprir as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação, constitui ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de dez a vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.

( ) Não sendo paga no prazo fixado pelo juiz, a multa por ato atentatório à dignidade da justiça será inscrita na dívida ativa da União ou do Estado após o trânsito em julgado da decisão que a fixou, adotando-se o procedimento da execução fiscal, com destinação ao respectivo fundo especial de custas processuais.

( ) Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa por ato atentatório à dignidade da justiça poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo.

( ) Reconhecida violação à proibição de inovar ilegalmente o estado de fato de bem ou direito litigioso, o juiz determinará o restabelecimento do estado anterior, podendo, ainda, proibir a parte de falar nos autos até a purgação do atentado, sem prejuízo da sanção pecuniária cabível.

Assinale a sequência correta.

[A] F, F, V, V
[B] V, F, F, V
[C] F, V, V, F
[D] V, F, F, V

QUESTÃO 30

O artigo 509 do Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015 e alterações) prescreve: "Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor".

De acordo com as disposições da legislação processual civil acerca da matéria, assinale a afirmativa correta.

[A] Na liquidação pelo procedimento comum, devido à necessidade de provar fato novo, é permitido discutir de novo a lide, desde que não haja modificação da sentença que a julgou.

[B] A liquidação por arbitramento será admitida quando determinado pela sentença ou exigido pela natureza do objeto da liquidação, mas não será por simples convenção entre as partes.

[C] A liquidação poderá ser realizada na pendência de recurso, processando-se em autos apartados no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.

[D] Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, nos mesmos autos, a liquidação desta.

Instrução: Considere a seguinte situação hipotética para responder às questões 31 e 32:

Após o trânsito em julgado de título executivo favorável ao ente municipal, deu-se início à fase de cumprimento de sentença, na qual foi penhorado um bem imóvel rural, cuja propriedade foi registrada em cartório em nome da pessoa física, que figura como requerido no processo, qualificado na certidão do imóvel como divorciado.

Regularmente intimado do mandado de penhora, avaliação e registro, o requerido deixou transcorrer o prazo para opor impugnação ao cumprimento de sentença, de modo que o Juízo designou datas para a realização de leilão judicial e determinou a publicação do respectivo edital.

Antes da data designada, o Município foi citado para responder ação de embargos de terceiro interposta por embargante, que se qualificou como companheira do proprietário, arguindo que o bem imóvel não poderia ser penhorado, uma vez que se trata de pequena propriedade rural.

QUESTÃO 31

Sobre a interposição dos embargos de terceiro na situação relatada, com base na legislação processual civil vigente, é correto afirmar:

[A] Os embargos opostos após a publicação do edital de leilão judicial são extemporâneos, pois o prazo previsto em lei para propositura da ação é de até 5 (cinco) dias após a averbação da penhora no registro imobiliário, quando foi dada publicidade ao ato constritivo.

[B] O prazo para oposição dos embargos é de até 5 (cinco) dias depois da adjudicação ou da arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.

[C] A companheira não é legitimada à propositura da ação, uma vez que não figura como cônjuge ou coproprietária na certidão de propriedade do bem imóvel penhorado.

[D] A companheira é legitimada à propositura da ação quando defende a posse de bens divisíveis, pois não são admitidos os embargos quando a penhora recai sobre bem imóvel indivisível.

QUESTÃO 32

Quanto à alegação de impenhorabilidade da pequena propriedade rural, com base na legislação aplicável, é correto afirmar:

[A] O reconhecimento da impenhorabilidade exige a comprovação da exploração direta do imóvel, qualificado como pequena propriedade rural, pela entidade familiar para fins de trabalho e subsistência.

[B] Para que o bem seja imune à constrição patrimonial, basta que o familiar comprove documentalmente que o imóvel se enquadra na metragem legal para ser caracterizado como pequena propriedade rural.

[C] A proteção constitucional e legal da pequena propriedade rural é semelhante à impenhorabilidade do bem de família, pois visa resguardar o imóvel que serve de moradia para a família.

[D] A pequena propriedade rural é considerada impenhorável quando restar demonstrado que se trata do único bem imóvel, rural ou urbano, pertencente à família.

Instrução: Leia a seguinte notícia publicada na página oficial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e responda às questões 33 e 34.

Relevância da questão federal: o que muda na atuação do STJ com o novo sistema

A Constituição Federal não deixa dúvidas sobre a razão de existir do Superior Tribunal de Justiça (STJ): conforme o artigo 105 do texto constitucional, cabe à corte dar a interpretação final da lei federal e uniformizar a jurisprudência em todo o território nacional. Tendo essa atribuição como norte, o tribunal assistiu, nos últimos anos, a um crescimento exponencial do número de processos recebidos, que saltou de aproximadamente 220 mil em 2010 para mais de 500 mil em 2025. Apenas no primeiro semestre de 2026, esse total chegou a cerca de 260 mil.

Com um acervo processual tão grande, o STJ passou a ter que localizar a "agulha" da relevância federal no "palheiro" das ações de interesse meramente individual. Embora todo processo seja importante e mereça a atenção da Justiça, o papel da corte superior é firmar entendimentos que ultrapassem os interesses das partes diretamente envolvidas em cada caso concreto.

Atento a esse cenário, o Congresso Nacional promulgou, em julho de 2022, a Emenda Constitucional (EC) 125, que instituiu o requisito da relevância da questão de direito federal infraconstitucional para a admissão de recursos especiais pelo STJ. Em agosto deste ano, o novo mecanismo foi regulamentado com a promulgação da Lei 15.484/2026. (...).

A nova sistemática reforça a atuação do STJ como corte de precedentes, responsável pela uniformização da interpretação da legislação federal, ao mesmo tempo em que prestigia o papel das instâncias ordinárias na análise dos casos concretos, além de reduzir o volume de processos submetidos ao tribunal e contribuir para uma prestação jurisdicional mais ágil.

(...)

Relevância deverá ser demonstrada em tópico específico e fundamentado

Do ponto de vista legal, a regulamentação altera o Código de Processo Civil (CPC) e estabelece regras específicas para a análise da relevância. Com a inclusão do artigo 1.035-A no CPC, caberá ao recorrente demonstrar, em tópico específico e fundamentado, a relevância da questão de direito federal infraconstitucional a ser apreciada pelo STJ, sob pena de inadmissão do recurso ainda nos tribunais de origem ou de não conhecimento pela corte superior.

(Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2026/30082026-Relevancia-da-questao-federal-o-que-muda-na-atuacao-do-STJ-com-o-novo-sistema.aspx. Publicado em: em 30/08/2026. Acesso em: 03 nov. 2026.)

QUESTÃO 33

Conforme as novas regras introduzidas no Código de Processo Civil acerca do requisito da relevância da questão de direito federal infraconstitucional para a admissão de recursos especiais, assinale a afirmativa correta.

[A] Para não conhecer o recurso especial por inexistência de relevância, exige-se a manifestação por parte de 2/3 (dois terços) dos membros do órgão competente para o julgamento.

[B] Da decisão que não conhecer o recurso especial pela não demonstração da relevância caberá apenas agravo interno.

[C] Quando o voto do relator for no sentido de não reconhecer a relevância, os membros do órgão competente para o julgamento deverão se reunir em sessão presencial.

[D] As hipóteses declinadas na norma constitucional sobre as quais há presunção de relevância não reportam ao valor atribuído à causa, mas à matéria considerada relevante do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico.

QUESTÃO 34

De acordo com as novas disposições da legislação processual civil, reconhecida a relevância da questão de direito federal infraconstitucional, o relator no Superior Tribunal de Justiça poderá, mediante justificativa, determinar a suspensão, total ou parcial, do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional,

[A] pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, uma única vez, por mais 12 (doze) meses quando houver a necessidade de audiência pública ou a participação de terceiros.

[B] pelo prazo, improrrogável, de 12 (doze) meses, inclusive quando houver a necessidade de audiência pública ou a participação de terceiros.

[C] pelo prazo que o relator considerar razoável, computado o tempo para realização de audiência pública ou participação de terceiros, quando necessário.

[D] pelo prazo de 6 (seis) meses, prorrogável, uma única vez, por mais 6 (seis) meses quando houver a necessidade de audiência pública ou a participação de terceiros.

Direito Civil

Instrução: Considere a seguinte situação hipotética para responder às questões 35 e 36:

O Município de Trombetas celebrou contrato de concessão onerosa de uso de imóvel público municipal (prédio público) com munícipe pessoa física, que acumulou dívida relativa ao valor do preço público mensal da ocupação, referente ao período de dois anos, a despeito de várias tratativas de negociação extrajudicial.
Além disso, devido à publicidade dada a processos judiciais movidos por outros credores em desfavor do concessionário, tornou-se de conhecimento público que o devedor transferiu bens de seu patrimônio para parentes por afinidade, por meio de atos gratuitos, antes da adoção de medidas judiciais pelo ente municipal.

QUESTÃO 35

Em consonância com a legislação civil aplicável, assinale a afirmativa que apresenta corretamente o enquadramento da situação relatada, os requisitos para sua caracterização e os efeitos do provimento jurisdicional a ser postulado em favor do Município.

[A] Trata-se de fraude à execução, caracterizada pela alienação ou oneração de bens do devedor, enquanto responde a um processo judicial capaz de reduzi-lo à insolvência, cujo reconhecimento pelo juiz torna o ato ineficaz em relação ao credor.

[B] Trata-se do instituto da evicção, caracterizado pela perda total ou parcial de patrimônio adquirido por alienação onerosa, em virtude de direito reivindicado por terceiros, o que torna a coisa litigiosa, cujo reconhecimento pelo juiz resulta no direito de restituição do preço mais perdas e danos.

[C] Trata-se de fraude contra credores, caracterizada pela anterioridade do crédito, o dano ao credor e a intenção de fraudar, cujo reconhecimento pelo juiz não induz à anulação imediata da transmissão dos bens, mas a torna ineficaz em relação ao credor prejudicado.

[D] Trata-se do instituto da lesão, caracterizado por um negócio jurídico com prestações continuadas, em que uma das partes obtém proveito desproporcional com relação à outra, cujo reconhecimento pelo juiz visa retirar os efeitos de atos que geram enriquecimento sem causa.

QUESTÃO 36

Com base na legislação civil aplicável ao caso relatado, assinale a afirmativa que apresenta corretamente o prazo, sua natureza jurídica, e o marco inicial de sua contagem para defesa judicial dos interesses do ente municipal.

[A] É de dez anos o prazo de prescrição, contado da data em que se realizou o negócio jurídico que se pretende impugnar.

[B] É de trinta dias o prazo processual para arguir fraude à execução, contado da data da devolução frustrada do mandado de penhora.

[C] É de quatro anos o prazo de decadência, contado da data em que se realizou o negócio jurídico que se pretende impugnar.

[D] É de um ano o prazo de decadência, contado da data em que se realizou a transmissão de bem imóvel que se pretende impugnar.

Direito Ambiental e Urbanístico

QUESTÃO 37

O artigo 18 da Lei Federal n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prescreve:

Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

Com base nas disposições legais acerca do referido plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, analise as afirmativas.

I. A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos poderá impedir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades, mesmo que devidamente licenciados pelos órgãos competentes.
II. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico, respeitado o conteúdo mínimo previsto na legislação de referência.
III. A existência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos exime o Município do licenciamento ambiental de aterros sanitários.
IV. Ao optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, por meio de plano intermunicipal que preencha os requisitos legais, o Município poderá ser dispensado da elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Estão corretas as afirmativas

[A] I, II e IV, apenas.
[B] II e IV, apenas.
[C] I, II e III, apenas.
[D] III e IV, apenas.

QUESTÃO 38

A Constituição do Estado de Mato Grosso, em seu artigo 263, § 1º, IX, reproduz norma estatuída na Constituição Federal acerca dos deveres dos poderes públicos e da coletividade em relação à proteção do meio ambiente, nestes termos:

Art. 263. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Estado:
(...)
IX - proteger a fauna e a flora, assegurando a diversidade das espécies e dos ecossistemas, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade;

Tendo em vista as disposições constitucionais, considere que foi ajuizada ação civil pública pelo Ministério Público estadual com o objetivo de compelir determinado Município mato-grossense a propiciar local apropriado para animais abandonados em área urbana, com o objetivo de implementar política pública municipal de proteção animal.
Em consonância com a orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, assinale a afirmativa correta.

[A] A atuação judicial é considerada excessiva, desde que demonstrado que o Município possui serviço instalado de controle de zoonoses, o qual é suficiente para o cumprimento do dever constitucional de combate a atos de crueldade contra os animais.
[B] A existência de animais abandonados em vias públicas de áreas urbanas não se enquadra como situação de ilegalidade ou abuso de poder, razão pela qual a intervenção judicial implica suprimir completamente a margem administrativa de decisão.
[C] A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas deve priorizar a indicação de medidas pontuais que deverão ser cumpridas, ao invés de determinar à Administração Pública que apresente um plano ou os meios adequados para alcançar o resultado.
[D] É reconhecida a possibilidade de intervenção judicial em situações excepcionais de inércia do Poder Público, notadamente no que se refere à proteção do meio ambiente e da saúde pública, sem violar o princípio da separação dos Poderes.

Direitos Difusos e Coletivos

QUESTÃO 39

Leia o seguinte excerto de ementa de julgamento de recurso especial:

1. O propósito do presente recurso especial é determinar se o Município de Brusque tem legitimidade *ad causam* para ajuizar ação civil pública em defesa de direitos consumeristas, questionando a cobrança de tarifas bancárias de "renovação de cadastro".
(...)
7. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem recusou legitimidade ao ente político em virtude de ter considerado que o Município estaria defendendo unicamente os direitos do grupo de servidores públicos, por entender que a proteção de direitos individuais homogêneos não estaria incluída em sua função constitucional e por não vislumbrar sua representatividade adequada ou pertinência temática.
8. Ainda que tenha sido mencionada como causa de pedir e pedido a cobrança da tarifa de "renovação de cadastro" de servidores municipais, é certo que o direito vindicado possui dimensão que extrapola a esfera de interesses puramente particulares dos citados servidores, o que é suficiente para o reconhecimento da legitimidade do ente político para essa primeira fase da tutela coletiva de interesses individuais homogêneos.
9. Recurso especial conhecido e provido.
(Resp. nº 1.509.586 - SC (2015/0019490-6). Data do Julgamento: 15/05/2018. Disponível em: https://www.stj.jus.br/. Acesso em: 04 nov. 2026.)

Considerando o disposto nas normas aplicáveis aos direitos transindividuais e à tutela judicial desses direitos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Denomina-se substituição processual a legitimidade extraordinária atribuída por lei a terceiro, de forma que este possa atuar em nome próprio para a tutela de direito material alheio, sendo tal legitimação extraordinária aplicável às ações coletivas, sobretudo à ação civil pública.
( ) Em relação ao Ministério Público e aos entes políticos, que tem como finalidade institucional a proteção de valores fundamentais, como a defesa coletiva dos consumidores, não se exige pertinência temática e representatividade adequada para o reconhecimento da legitimidade.
( ) Os direitos individuais homogêneos são entendidos como direitos de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
( ) A procedência do pedido formulado em favor de um grupo de pessoas poderá resultar em condenação por sentença genérica, que servirá de título executivo para as ações de cumprimento, nas quais serão definidos os demais elementos indispensáveis à força executiva do julgado na segunda fase da ação civil coletiva.

Assinale a sequência correta.
[A] V, F, F, V
[B] F, F, V, F
[C] V, V, F, V
[D] V, V, V, F

QUESTÃO 40

O § 8º do artigo 165 da Constituição Federal prescreve:

A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

As operações de crédito por antecipação de receita previstas na norma constitucional estão disciplinadas na Lei Complementar n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Com base nessas disposições legais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

[A] A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e deve ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano.

[B] O ente da federação que houver excedido o respectivo limite legal da dívida consolidada ao final de um quadrimestre ficará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, exceto por antecipação de receita para refinanciamento de dívidas mobiliárias.

[C] As operações de crédito por antecipação de receita são vedadas no último ano de exercício do mandato do prefeito, governador ou presidente.

[D] Enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada, ficará proibida a abertura de novo crédito mediante antecipação de receita orçamentária.

EM BRANCO

Prefeitura Municipal de Comodoro.

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO CANDIDATO

Questão	Alternativa
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Questão	Alternativa
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

Esta folha é destinada para uso EXCLUSIVO do candidato.